



## URBANISMO COMO REFLEXO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

TOPAN, Nathalia Fernanda.<sup>1</sup>  
RUSCHEL, Andressa Carolina.<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é inserido na linha de pesquisa de Planejamento Urbano e Regional, no qual ressalta o estudo das propriedades no contexto urbano. Para melhor compreensão do contexto urbanístico, enfatizou-se um aprofundamento sobre a história do urbanismo no Brasil e posteriormente o início dos planos regionais e planos diretores. Através destas abordagens, foi possível realizar uma análise no qual mostra a importância da desordem urbanística para o início dos planejamentos

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanismo; Planejamento Urbano; Planos Diretores.

### 1. INTRODUÇÃO

O interesse de profissionais na área do urbanismo, se deu através do estudo nos processos de circulação das ideias urbanísticas e os problemas urbanos em geral. Desta maneira, foram estruturadas ideias e debates sobre a melhoria do contexto urbano e o início dos planejamentos, tais como planos regionais, planos diretores e o estudo do desenvolvimento das cidades no meio social-urbano. Com isso, consolidou-se o urbanismo no Brasil como prática profissional, com o intuito de solucionar os problemas urbanos, nos quais atuavam engenheiros e urbanista. (DE FARIA *et al*, 2013).

Com base nesse contexto de mudanças e transformações que envolvem aspectos quantitativos, qualitativos, político, pesamentos dominantes, alternância de classes entre outros, que este artigo relata o início do contexto urbano no Brasil e posteriormente o início dos planos regionais e planos diretores, tendo como objetivo geral, analisar a evolução do planejamento urbano a partir do contexto do êxodo rural. Como objetivos específicos:

1. Resgatar o histórico do urbanismo no Brasil;
2. Contextualizar o início do planejamento urbano no Brasil;
3. Conceituar Planos Diretores.

O problema de pesquisa se resume no questionamento: como o planejamento urbano favoreceu para o desenvolvimento das cidades? As hipóteses sugerem que com o entendimento de

---

<sup>1</sup>Aluna do décimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: nathalia.topan@hotmail.com

<sup>2</sup>Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora do Centro Universitário FAG e orientadora da presente pesquisa. E-mail: ac.ruschel@hotmail.com



como surgiu o contexto urbano, podem ser enfatizados como o planejamento urbano favoreceu o desenvolvimento das cidades.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

Chay (2003) define o urbanismo como uma atividade relacionada ao estudo da regulação com o controle e planejamento das cidades. Com isso, o urbanismo apresenta caráter multidisciplinar, sendo classificado como uma ciência humana no qual está inserido no processo de crescimento demográfico, enfrentando desta forma, as demandas e problemas relacionados a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano lida com aspectos políticos e técnicos relacionando a utilização do espaço, desenho ambiental, qualidade de vida da sociedade e o desenho urbano.

Em 1950, foi desenvolvido no Brasil um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ‘Planejamento Urbano’ ou ‘Planejamento Urbano Integrado’ (CSABA *et al* SCHIFFER, 2004). Para Del Rio (1990), o planejamento passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes. As atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento.

A partir de 1960, surgiram os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Csaba *et al* (2004), destaca que:

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia



– o diagnóstico técnico – que revelaria e fundamentaria os “problemas urbanos” e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocaria a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA *apud* SCHIFFER, 2004, p. 188).

Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para mantes os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privados. Já Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma reslver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico.

### 2.1.1. Urbanismo no Brasil

O processo de urbanização no Brasil foi marcado por alguns períodos. O primeiro período destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar a cidade com profissionais que atuavam no curso de engenharia. O segundo período aconteceu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro período ocorreu entre os anos de 1950 e 1964, no qual destacou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

Da habitação para a cidade: Esse é o percurso do urbanismo brasileiro a partir dos anos de 1980, onde foi inserido um novo momento dos estudos sobre a história da cidade, buscando entender os ascendentes da crise da moradia. Isto decorre sobre a evolução da análise da questão habitacional, onde dão continuidade a vários estudos que desde de 1970, vinham sidos aprofundados para melhor entendimento dos problemas das cidades brasileira (GOMES *et al*, 2004).

O rápido processo de urbanização trouxe consigo consequências nas cidades, como problemas urbanos. As cidades brasileiras obedeciam às demandas governamentais para que houvesse soluções políticas e técnicas para os problemas urbanos, sociais e econômicos que estavam acontecendo. Porém, o governo não conseguiu conter os problemas que ali estavam



inseridos. Usando conceitos de caráter social e individual, a cidade passa a atingir a “planificação espacial”, ou seja, o planejamento nacional e regional ganhava também a cidade (MONTE-MÓR, 2007).

Monte-Mór (2007), diz que o urbanismo foi se especializando através de arquitetos, como matéria de estudo do século seguinte. Para os historiadores o urbanismo era desenvolvido através de uma crítica geral global, onde tinha como foco principal, a cidade como elemento do processo sócio econômico até então vividos. Para os urbanistas que deram continuidade a esses estudos, a cidade se transformou em símbolo de elemento físico espacial, juntamente com uma visão formal de estética.

Na segunda metade do século XX, o Brasil assim como outros países da América Latina, apresentaram no decorrer do seu desenvolvimento, um intenso índice do processo de urbanização. A população urbana brasileira, em 1940 era equivalente a 26,3 % do total. Em 2000, a população urbana atingiu a 81,2 % do total. Com isso, se for considerado apenas a última década do século XX, pode-se concluir que as cidades brasileiras expandiram em 22.718.968 pessoas, isso é aproximadamente a metade da população do Canadá ou um terço da população da França (MARICATO, 2013).

### 2.1.2 Planos Regionais

Destaca-se entre as diversas subclasses do planejamento, o ‘Planejamento Regional’, no qual veio a ocupar uma grande posição de destaque. Com ele, o país substituiu o que era improvisado por algo planejado e consciente, adotando estudos e análise do espaço urbano (FRIEDMANN, 1960).

Na década de 1930, realizou-se um congresso Internacional de Arquitetura Moderna, no qual a Carta de Atenas reuniu progressistas-racionalistas. A partir disto o pensamento Corbusiano que visava o planejamento das cidades, ganhou força entre os profissionais da área, influenciando que houvesse planejamento urbano de novas cidades ou partes das cidades, iniciando então, com o projeto de Brasília, que foi a primeira iniciativa urbana de caráter nacional e regional no Brasil. Antes disso, o espaço urbano não era visto como resultante das atividades sócio econômicas que eram nele realizadas. O espaço urbano ganhou força, qualidade de vida e ambiental, quase independentemente da estrutura sócio econômica que o sustentava (MONTE-MÓR, 2007).

## 2.2. ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES

Elaborado com a participação de todos os habitantes de determinada cidade, o Plano Diretor é a principal ferramenta de Planejamento municipal. É também, um instrumento fundamental e articulador das demais ferramentas que constitui o sistema de planejamento municipal, isto o é, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei de Orçamento Anual (FALLER, 2009).

O Estatuto da Cidade (2001), assegura que:

O Plano Diretor é incumbido da tarefa de estabelecer como normas imperativas aos particulares e agentes privados as metas e diretrizes da política urbana, os critérios para verificar se a propriedade atende sua função social, as normas condicionadoras do exercício desse direito, a fim de alcançar os objetivos da política urbana: garantir as condições dignas de vida urbana, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o cumprimento da função social da propriedade (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p.43).

Dias et al., (2007) diz que a elaboração do Plano Diretor é constituída por cinco fases. A primeira fase se dá através do Plano de Trabalho, onde corresponde ao conteúdo do mesmo, discorrendo o processo de elaboração do plano diretor e de uso e ocupação do solo; A segunda fase é a Avaliação Temática Integrada, na qual tem por objetivo analisar os dados relativos referentes ao município, tais como condicionantes, potencialidades e deficiências; A terceira fase aborda a definições de diretrizes e proposições para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais, definindo também proposições para aspectos ambientais, físico espaciais, de infraestrutura, apresentando propostas de curta, médio e longo prazo; A quarta fase consiste na elaboração de anteprojetos das leis que formam a chamada Legislação Urbana Básica, essa fase pode ser chamada de Legislação Urbanística Básica e Instrumentos para o processo de Planejamento e Gestão Municipal; A última e quinta fase indica os projetos e ações para o município para os próximos cinco anos, pode ser chamada de Plano de Ação e Investimentos.

O Estatuto da cidade (2001) requer alguns requisitos, para a implementação do Plano Diretor das cidades, sendo eles:

- Aprovação do Plano Diretor por Lei Municipal;
- Abrangência do Território – Zona Urbana e Rural;
- Direito à Participação Popular no Plano Diretor – Planejamento Participativo;
- Obrigatoriedade de Audiências e Consultas Públicas – Direito do Cidadão e da Comunidade;
- Obrigatoriedade de Audiências Públicas no Executivo Municipal;
- Obrigatoriedade de Audiências Públicas no Legislativo Municipal;
- Direito à Publicidade e Informação;



- Sistema de Gestão Democrática do Plano Diretor;

Segundo o Estatuto da Cidade (2001), todos os municípios acima de 20.000 habitantes, devem obrigatoriamente conter um Plano Diretor como instrumento básico da política urbana para seu desenvolvimento e expansão. Com isso, Oliveira (2011) diz que o município é responsável por elaborar a política urbana e coloca – lá em prática por meio do Plano Diretor, efetivando as funções sociais do município, e oportunizando o direito à moradia, transporte público, saúde, educação, saneamento básico e aos serviços e equipamentos urbanos.

### 3. METODOLOGIA

A base metodológica deste trabalho será a revisão bibliográfica e pesquisa documental. Lakatos *et al.*, (2002) destaca que, a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, tem como finalidade com situar o pesquisador diante de tudo que foi escrito, dito ou falado, abrangendo toda a bibliografia já transfigurada pública em relação ao tema de estudo, desde material cartográfico, teses, monografias, livros, revistas, jornais, publicações avulsas, boletins etc. Até meios de comunicações orais, sendo eles gravações em fita magnética, rádios, etc.

A pesquisa documental caracteriza-se através dos levantamentos de dados restrito a documentos, sendo eles escritos ou não, estabelecendo o que se designa de fontes primárias, nas quais podem ser recolhidas no instante em que o fenômeno acontece, ou depois (LAKATOS *et al.*, 2002).

### 4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Os assuntos que foram abordados neste artigo, possibilitou o entendimento sobre a história do urbanismo no Brasil, mostrando o quão importante foi esta fase. Fase que causou críticas por conta do aumento da expansão urbana de forma desordenada. Porém, foi a partir dessas décadas de grande expansão urbana que surgiu a necessidade de planejar cidades, iniciando desta forma os primeiros 'Planos Regionais'.

Desta forma, pode-se analisar que o crescimento urbano desordenado foi de grande valia, para que hoje, as cidades pudessem ser planejadas antes de construídas. Um grande exemplo citado



no decorrer do trabalho, foi Brasília, que se destaca por ser a primeira cidade construída a partir de um planejamento, e hoje serve de exemplo para outras cidades.

A partir do planejamento regional, notou-se que para melhorar o contexto de planejamento, deveria ser entendido as necessidades da população de determinada cidade, antes de elaborar planos. Com isso, surgiu então os ‘Planos Diretores’, no qual a população participa, opina e expõe suas necessidades. Através do Plano Diretor é possível analisar os aspectos que compõe a cidade, entender sua vocação e propor melhorias para um futuro de curto, médio e longo prazo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente artigo teve o intuito de destacar os objetivos específicos citados na introdução, sendo eles: Resgatar o Histórico do Urbanismo no Brasil, entender o contexto de Urbanismo e Planejamento Urbano e posteriormente destacar o contexto de Planos regionais e Plano Diretor.

No início da pesquisa, destaca-se a introdução, onde explica os itens que serão abordados nesta pesquisa, posteriormente enfatizou-se o referencial teórico e a fundamentação teórica, nos quais apresentaram a história do urbanismo segundo autores do contexto urbano, para melhor compreensão do trabalho. Em seguida, apresentou-se a metodologia de análise desta pesquisa e posteriormente as análises e discussões sobre o tema discorrido.

Com isso, conclui-se que o Planejamento Urbano é de mera importância para o Urbanismo no Brasil. Segundo Del Rio (1990), O Planejamento urbano pode ser entendido como uma atividade permanente, onde acontece um processo de tomada de decisões, sendo elas decisões políticas a nível de objetivos econômicos e sociais a serem alcançados. Através do planejamento urbano que proporcionamos as melhores hipóteses e ações para cumprir estes objetivos.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana: Um Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DE FARIA, R.; CERASOLI, J. **Editorial: Urbanistas e Urbanismo no Brasil**. Unicamp, 2013.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**: São Paulo, Pini, 1990.

DIAS, C. S.; SCHULER, D.; MUKAI, H.; DIAS, S. I. S. **Realeza-PR.: A Proposta do Plano diretor – 2005 a 2006**. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.

FALLER, Lorival. **Métodos de Elaboração de Planos Diretores**, 2009. Disponível em: <[https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=1787](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1787)>. Acesso em: 26 de Abril de 2017.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1960

GOMES, Marco Aurelio A. de Figueiras; FERNANDES Ana. **História da Cidade e do Urbanismo no Brasil: Reflexões sobre a produção recente**. Cienc. Cult. vol.56 no.2 São Paulo, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil – 1985-1965**. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARICATO, Erminia; **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**: Petrópolis, RJ: Vozes , 2013.

MONTE-MÓR, **Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação**. Etc, espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, 2007.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de; **Estatuto da Cidade; para compreender**: Rio de Janeiro, IBAM/DUMA, 2001.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da Cidade**, 2001. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2017.